

IMIGRAÇÃO, AGRICULTURA E ESCRAVIDÃO: FORMAS DE INSERÇÃO SOCIAL E ATUAÇÃO ECONÔMICA DE PORTUGUESES NO LITORAL SUL DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (VILAS DE ANTONINA E PARANAGUÁ, 1783-1808)

André Luiz Moscaleski Cavazzani¹

Sandro Aramis Richter Gomes²

Resumo: Neste estudo é empreendida uma investigação sobre os processos de inserção e diferenciação social de três imigrantes portugueses nas vilas paulistas de Antonina e Paranaguá, entre as décadas de 1780 e 1800. Primeiro, é evidenciado que havia portugueses que, no contexto dos aludidos municípios, se dedicaram à agricultura. Nesse âmbito, o principal indicador do poder econômico e da consistência do enraizamento social dos imigrantes agricultores era a capacidade de formação de uma escravaria. Segundo, argumenta-se que os portugueses dedicados à vida agrária eram social e economicamente desiguais. Terceiro, é destacado que uma das formas de envolvimento de portugueses na vida econômica do litoral sul paulista era a participação no agenciamento do trabalho de escravos.

Palavras-Chave: Agricultura; Escravidão; Imigrantes portugueses.

IMMIGRATION, AGRICULTURE AND SLAVERY: FORMS OF SOCIAL INSERTION AND ECONOMIC ACTIVITIES OF PORTUGUESE ON THE SOUTH COAST OF CAPTAINCY OF SÃO PAULO (MUNICIPALITIES OF ANTONINA AND PARANAGUÁ, 1783-1808)

Abstract: In this study, an investigation is carried out into the process of insertion and social differentiation of four Portuguese immigrants in the municipalities of Antonina e Paranaguá between decades of 1780 and 1800. In this article, is held the support of three arguments on the social paths of these Portuguese immigrants. First, that is evident that there are Portuguese who, in the context of the mentioned municipalities, dedicated themselves to agriculture. The main indicator of economic power and consistency of the social roots of agricultural immigrants for the formation a slave. Second, it is argued that Portuguese are dedicated to the agrarian life were socially and economically unequal. Third, it is highlighted that one the forms of Portuguese involvement in the economic life of the south coast of São Paulo was participation in the slave trade.

Keywords: Agriculture; Slavery; Portuguese immigrants.

* O presente artigo resulta do arrolamento e análise de arquivos paroquiais referentes às vilas da Comarca de Paranaguá, em um período que abrange as décadas de 1780 e 1800. O principal arquivo consultado para a execução dessa tarefa é o Arquivo Metropolitano Dom Leopoldo e Silva, da Mitra Diocesana de São Paulo. Esse arquivo está situado na Avenida Nazaré, n. 993, bairro do Ipiranga, cidade de São Paulo.

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2013). Realizou estágio de pós-doutorado junto ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (2014-2015). Presentemente coordena o curso de licenciatura em História do Centro Universitário Internacional de Curitiba. E-mail: andrexcava@hotmail.com

² Doutor em História Social pela Universidade Federal do Paraná (2017). E-mail: argomes8@gmail.com

Introdução

O presente artigo comporta uma investigação sobre os processos de inserção e diferenciação social de três imigrantes portugueses nos municípios de Antonina e Paranaguá, no recorte temporal que abrange os anos de 1783 e 1808. Nessa época, os citados municípios litorâneos estavam sob a jurisdição da Capitania de São Paulo. Presentemente, eles pertencem à área do Estado do Paraná.

Por meio de estudos de caso, a abordagem aqui desenvolvida objetiva produzir um conhecimento respeitante à segmentação social inerente à comunidade étnica portuguesa que existiu em uma área do extremo sul da referida capitania. Neste estudo, o ano de 1783 refere-se à época do casamento do imigrante que, dentre os três indivíduos aqui arrolados, obteve mais precocemente a faculdade de contrair matrimônio na sociedade receptora. Tal imigrante foi aquele que, dentre os portugueses selecionados nesta investigação, ingressou em época mais longínqua na vila de Paranaguá.

O ano de 1808, por sua vez, diz respeito ao período da confecção de Lista Nominativa de Habitantes das vilas de Antonina e Paranaguá. A abordagem das estruturas domiciliares dos três imigrantes portugueses aqui selecionados é crucial para a análise da natureza e dos limites da mobilidade social que eles vivenciaram em duas décadas de residência em áreas do extremo sul do litoral paulista, no contexto dos anos finais da época colonial.

A investigação desenvolvida neste artigo enquadra-se em uma linhagem de estudos destinada à compreensão das estratégias desenvolvidas por imigrantes portugueses para se enraizarem na vida social de municípios do Brasil Meridional, nos séculos XVIII e XIX. Nesse particular, a consecução deste artigo permite um conhecimento sobre os aspectos da inserção social e da atuação econômica de imigrantes que, em sua maior parte, não se fixaram nos núcleos urbanos das mencionadas vilas paulistas.

A análise aqui empreendida confere ênfase aos trajetos de um conjunto de indivíduos que não desenvolveram o percurso mais comum aos imigrantes portugueses e açorianos na aludida região – o percurso marcado pelo envolvimento no comércio varejista. Antes, a agricultura e o agenciamento do trabalho de escravos consistiram nas atividades econômicas às quais portugueses aqui abordados se dedicaram. Em última análise, o

desenvolvimento deste artigo possibilita, por meio de estudos de caso, o conhecimento das diferenças sociais entre portugueses que se dedicaram a ocupações econômicas rurais.

De outra parte, os resultados oriundos desta investigação permitem um entendimento sobre as formas de acomodação de portugueses, no litoral sul paulista, na posição de rentistas urbanos. Mais precisamente, é dedicada atenção aos casos de portugueses voltados à prática do aluguel de escravos. Nesse quadro, este artigo comporta evidências sobre o caráter multifacetado das formas de enraizamento e mobilidade social dos integrantes da comunidade étnica portuguesa formada em uma área litorânea do extremo sul da Capitania de São Paulo no século XVIII.

Os estudos sobre a formação de comunidades étnicas na Província do Paraná foram marcados, a partir dos anos 1970, pela produção de um conhecimento a respeito da natureza e dos fatores das mudanças no comportamento demográfico de imigrantes europeus na sociedade receptora. Dessa forma, a abordagem de informações respeitantes a taxas de natalidade e nupcialidade tornou-se fundamental para o entendimento acerca do ritmo de integração de imigrantes europeus – e de seus descendentes – na sociedade do Paraná provincial (BALHANA, 1978; GOUVÊA, 1980; NADALIN, 1978; QUEIROZ, 1992; RANZI, 1983; WACHOWICZ, 1974).

Em um sentido amplo, tal vertente de análise possibilitou a compreensão a respeito das diferenças, entre as comunidades étnicas formadas naquela província, quanto às formas de contatos culturais e sociais com a sociedade receptora. A partir dos anos 1980, as inovações no estudo sobre comunidades étnicas sulinas foram caracterizadas pela compreensão dos seus traços culturais e dos modos de sociabilidade a elas característicos.

Ao mesmo tempo, verificou-se a inclinação para o estudo, em perspectiva de longa duração, a respeito dos comportamentos demográficos e das atividades econômicas e sociais de descendentes de imigrantes europeus em áreas sulinas ao longo do século XX (ANDREAZZA, 1999; FIAMONCINI, 2011; MACHADO, 1998, PELLIZZETTI, 1985). De todo o modo, essa abordagem não permitiu a identificação sobre as diferenças sociais e econômicas internas a esses grupos étnicos.

Nota-se que, em grande medida, os estudos sobre as comunidades étnicas formadas no Paraná no decorrer do século XIX estavam direcionados a reconhecer os fatores condicionantes da unidade entre os imigrantes. Tais estudos demonstram, por

exemplo, a função da crença religiosa e da lógica de constituição de alianças familiares na promoção dessa coesão social de comunidades (BIDEAU e NADALIN, 2011; HELFENSTEIN, 2014; SCARPIM, 2010; SCARPIM, 2016).

Essas abordagens são tributárias dos estudos de Ferdinand Tönnies a respeito da consistência das relações comunitárias (TÖNNIES, 1995). Nesse quadro, o aparecimento de estudos imbuídos da tarefa de investigar a estratificação de comunidades étnicas no Paraná é apenas ocasional (COLATUSO, 2004).

Os mais consistentes avanços na compreensão do aspecto hierarquizado das relações entre imigrantes lusófonos em áreas sulinas e na identificação de suas estratégias de integração na sociedade receptora principiaram nos anos 2000 (BARROSO, 2002; HAMEISTER, 2006; MARQUES, 2012; SCOTT, 2014; BERUTE, SCOTT, SCOTT, 2017). Referentes ao caso da Província do Rio Grande do Sul, esses estudos adotam o método da análise de trajetórias para a identificação dos elementos peculiares às estratégias de integração social e estabelecimento de conexões familiares de reinóis e açorianos no contexto do Sul do Brasil colonial.

Anteriormente, houve a produção de estudos que reconheceram o aspecto hierarquizado das relações entre imigrantes na sociedade sul-rio-grandense. Esses estudos, porém, eram circunscritos ao caso da comunidade alemã (ROCHE, 1969; SEYFERTH, 1999). De fato, o emprego do método de reconstituição de trajetórias individuais para o estudo da imigração mereceu, nas décadas anteriores, pouca atenção. A esse respeito, cabe salientar que foi episódica a utilização de tal método para a abordagem sobre a imigração europeia na Província do Paraná (CARVALHO NETO, 1991; MACHADO e NADALIN, 2014; STOLLMEIER, 2016).

Concernente aos estudos sobre a vida social e econômica do litoral paranaense, a historiografia tem dedicado atenção à origem do poder econômico de negociantes, aos aspectos da hierarquização social dessa região e às relações de dependência e dominação ali existentes nos séculos XVIII e XIX (CAVAZZANI, 2013; KATO, 2011; LEANDRO, 2003). Nesse contexto, o grupo social dos comerciantes portugueses obtém especial atenção nas abordagens sobre a vida econômica da mencionada região.

Porém, remanesce pouco desenvolvida a compreensão acerca das formas de acomodação de imigrantes lusófonos, no fim do período colonial, em áreas rurais do extremo sul do litoral da Capitania de São Paulo. Há, pois, restrita ênfase na compreensão de aspectos tais como as origens familiares e as condições sociais dos membros do campesinato na mencionada região (LIMA, 2002). Em verdade, estudos sobre a vida econômica de outras regiões brasileiras, tais como o Sudeste, são também marcados pela ênfase no reconhecimento do ingresso de portugueses em ramos da atividade mercantil (BORREGO, 2010; GORENSTEIN e MARTINHO, 1993).

Esse parco avanço dos estudos sobre as ocupações profissionais e as diferenças quanto ao poder econômico dos portugueses impede a identificação das formas de segmentação econômica e social de imigrantes que se radicaram no sul da Capitania de São Paulo. Os mencionados estudos demonstraram que a inclinação para o enraizamento em pequenos núcleos urbanos do litoral sul paulista era comum aos percursos de imigrantes portugueses na época colonial.

De outra parte, cabe evidenciar que, no âmbito da vida agrária, eram expressivas as diferenças sociais entre os imigrantes portugueses. Essas diferenças eram decorrentes, por exemplo, dos distintos graus de poder econômico dos imigrantes estabelecidos nas vilas de Antonina e Paranaguá.

O presente artigo é desenvolvido por meio do estudo de três trajetórias. Primeiro, é empreendida uma análise do ingresso do português Antônio da Silva Neves na vila de Antonina. Tal análise permite salientar as diferenças entre os membros da comunidade étnica portuguesa ali formada no que concerne às suas ocupações profissionais e formas de inserção na sociedade receptora.

Nesse quadro, é evidenciado que naquela vila não ocorria apenas a inserção de portugueses que estavam na menoridade ou início da juventude. Antes, o município de Paranaguá, nos anos finais da época colonial, era um espaço ao qual afluíram adultos que, em Portugal, já possuíam uma ocupação profissional.

No contexto da vila de Paranaguá, portanto, não era incomum que houvesse a mudança de ocupação econômica por portugueses recém-chegados. Uma das oportunidades que se apresentavam a tal grupo de imigrantes era o envolvimento nas lides da vida agrícola. Nesse âmbito, a capacidade de formar uma escravaria cujo contingente era

superior à média do número de escravos dos domicílios do município era um indicador do poder econômico de um português dedicado à agricultura.

Na sequência, é empreendida uma análise do percurso de Manuel Álvares Carneiro na sociedade de Paranaguá. Nesse quadro, é evidenciado que o enraizamento da vida agrícola foi o destino seguido por esse português. A formação de uma escravaria e a conquista de patentes na Companhia de Ordenanças foram os elementos fundamentais de seu processo de consolidação na vida econômica e administrativa da localidade.

Demonstra-se que, na sociedade de Paranaguá do limiar do século XIX, a conquista da condição de proprietário rural era, por vezes, acompanhada da obtenção de posições de comando na gestão local de órgãos como as Companhias de Ordenanças. Nesse quadro, o artigo comporta evidências sobre a natureza das mais frequentes oportunidades sociais de portugueses radicados na vila de Paranaguá, no contexto dos anos finais do período colonial. Tais oportunidades eram, notadamente, a oportunidade de constituir alianças matrimoniais na sociedade receptora, atingir a condição de proprietário e interferir em esferas da administração municipal.

O terceiro percurso social estudado neste artigo é o de Pedro José Rodrigues Nunes. Nesse âmbito, demonstra-se que o aluguel de escravos fora uma atividade econômica exercida por esse português. De outra parte, é salientado que as alianças familiares entre compatriotas eram operacionais para viabilizar o célere enraizamento do português na sociedade de Paranaguá.

Dessa forma, cumpre evidenciar que a aproximação a uma família portuguesa radicada em Paranaguá consistiu em uma etapa decisiva para que Pedro Nunes pudesse consolidar os seus vínculos sociais nesse município, nos anos finais do século XVIII. Em um sentido amplo, essa etapa da análise comporta evidências sobre a natureza e os impactos das formas de solidariedade entre imigrantes portugueses pertencentes a distintas gerações, no contexto da uma vila do litoral sul paulista.

A seleção dessas três trajetórias é justificada pelo fato de que comportam evidências convergentes a respeito do caráter mutável e, por vezes, acidentado dos processos de enraizamento social de imigrantes lusófonos em duas vilas do litoral sul da Capitania de São Paulo nas décadas finais da época colonial. Nesse âmbito, os três

percursos aqui arrolados comportam evidências a respeito da presença de reinóis lusófonos em atividades comerciais e rurais. Ao mesmo tempo, o estudo dessas trajetórias permite salientar aspectos recorrentes nas condições de ingresso, permanência e mudança em determinado ramo econômico por reinóis estabelecidos duas vilas litorâneas do litoral sul paulista.

Os três percursos aqui investigados apresentam indícios convergentes. Tais indícios permitem salientar que o enraizamento de lusófonos nas mencionadas vilas era marcado por permanente reorientação nas formas de atuação econômica. Em resumo, o desenvolvimento desta investigação favorece reunião de evidências a respeito da ausência de estrita especialização profissional dos imigrantes de origem portuguesa em duas áreas litorâneas da Capitania de São Paulo.³ Mais precisamente, o treinamento nos misteres da vida comercial obtido na juventude não implicava o distanciamento do imigrante lusófono relação às práticas econômicas agrárias.⁴

As trajetórias analisadas neste artigo se desenvolveram em um contexto no qual os negociantes, inclusive aqueles radicados na vila de Paranaguá, empregavam parte de seu cabedal na aquisição de imóveis rurais e urbanos, bem como atuavam na concessão de empréstimos. Havia, pois, um contingente desses negociantes, notadamente os de origem portuguesa, que se enquadrava na condição de rentistas urbanos (CAVAZZANI, 2013; LEANDRO, 2003). As práticas econômicas desses negociantes possuem sensível

³ O desenvolvimento do estudo desses percursos permite salientar a aproximação entre os imigrantes aqui arrolados e outros dois portugueses que habitaram a Vila de Paranaguá na primeira metade do século XIX. Esses compatriotas, os Manuel Antônio Pereira (1782-1857) e Manuel Francisco Correia (1776-1864), eram abastados negociantes. O envolvimento na vida mercantil, contudo, não significou o distanciamento em relação à vida agrária. Antes, eles também se enquadravam na qualidade de proprietários rurais. Nesse particular, cabe salientar que Manuel Pereira fora o introdutor da criação de gado *vacum* em Paranaguá. Nas duas fazendas faziam parte dos bens de sua esposa, Ana Leocádia, eram criados cavalos, éguas, bois e porcos. MUSEU DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. *Inventário de Ana Leocádia Pereira da Costa*, Caixa 38, ano de 1855.

⁴ Em verdade, o envolvimento de negociantes em atividades rurais era comum à vida econômica de diferentes capitanias no contexto do século XVIII. Ao menos desde a primeira metade desse século, a pecuária e a agricultura eram atividades cultivadas por negociantes residentes na cidade de São Paulo (BORREGO, 2009, p. 106). A respeito de tal Capitania, particularmente o município de Sorocaba, Carlos Bacellar salientou o envolvimento de negociantes de fazenda seca em atividades rurais. Mais especificamente, o enriquecimento desses indivíduos, naquela sociedade, originava a diversificação de seus negócios na agricultura e pecuária (BACELLAR, 2001, pp. 107-108). Na Capitania do Rio Grande do Sul, por seu turno, também era comum aos negociantes diversificarem suas atividades econômicas por meio da atuação na pecuária e na agricultura (OSÓRIO, 2007). Essa diversificação de negócios era também marcante ao caso da vida econômica da Capitania de Minas Gerais do século XVIII (PEREIRA, 2013). Em suma, a diversificação de negócios era prática disseminada em uma época na qual era fluída, no Brasil, a participação dos indivíduos em distintos setores da vida econômica.

IMIGRAÇÃO, AGRICULTURA E ESCRAVIDÃO: FORMAS DE INSERÇÃO SOCIAL E ATUAÇÃO ECONÔMICA DE PORTUGUESES NO LITORAL SUL DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (VILAS DE ANTONINA E PARANAGUÁ, 1783-1808)

aproximação com as práticas desenvolvidas por negociantes situados em praças mercantis de maior porte, tais como o Rio de Janeiro (FLORENTINO e FRAGOSO, 2001; FRAGOSO, 1998; BRAGA, 2013).

Nesse âmbito, o avanço propiciado pela presente abordagem consiste em demonstrar que houve imigrantes de origem portuguesa que, uma vez estabelecidos no litoral sul da Capitania de São Paulo, também se distinguiram pelas tentativas de diversificação de seus negócios. Nas vilas de Antonina e Paranaguá do início do século XIX, houve imigrantes que foram treinados nas lides do comércio durante a juventude e, ao longo de sua vivência na sociedade receptora, não se restringiram a atuar em apenas um ramo da vida econômica.

Há de se ressaltar que ambas as vilas, no início do século XIX, possuíam uma população portuguesa superior a de dezenas de municípios de paulistas. De um total de 36 municípios da Capitania de São Paulo, a vila de Paranaguá estava, em 1801, na nona posição quanto ao número de imigrantes lusófonos que abrigava. Nessa oportunidade, Antonina estava na décima primeira posição quanto ao contingente de sua população portuguesa (BACELLAR, 2000: 7).

Em suma, não era pouco expressivo o contingente de imigrantes de origem portuguesa radicados em Antonina e Paranaguá no citado ano. Os dois municípios em tela, portanto, foram os destinos preferenciais de reinóis e açorianos que ali ingressaram no final da infância e começo da juventude. Ambas as vilas também foram o destino de imigrantes adultos que, na sociedade receptora, buscaram recomeçar sua atuação profissional por meio da mudança de ocupação econômica.

Neste artigo são empregadas como fontes as dispensas matrimoniais dos referidos imigrantes e as Listas Nominativas de Habitantes de Paranaguá e Antonina do ano de 1808. As listas consistem em uma documentação crucial para a identificação das ocupações econômicas, composição da escravaria e estrutura domiciliar dos imigrantes aqui arrolados.⁵

⁵ Há que se destacar que as listas nominativas, na maior parte dos casos, registravam apenas uma ocupação econômica dos chefes de domicílio. A menção a apenas uma ocupação por chefe não significava, em todas as situações, que o indivíduo arrolado na lista dedicava-se a somente um ofício. Tratava-se de um contexto não

As dispensas matrimoniais, por sua vez, eram processos por meio dos quais os imigrantes que pretendiam contrair núpcias, no contexto do Brasil colonial, comprovavam que não possuíam qualquer embaraço para se casar na sociedade receptora. Nesse sentido, eles comprovavam que não haviam prometido contrair matrimônio com outra mulher e que jamais foram casados.

Comumente, os processos de dispensa matrimonial contavam com a participação de três testemunhas, as quais corroboravam as informações fornecidas pelo noivo. Esses processos eram conduzidos por sacerdotes da Igreja Católica (GOLDSCHMIDT, 2004; SAMARA e TUPPY, 2013). Nesse quadro, convém destacar que o presente artigo enquadra-se em uma linha de investigação que enxerga a documentação paroquial como um conjunto de fontes essenciais para a produção de uma compreensão mais consistente e avançada a respeito da sociedade do Brasil colonial (FRAGOSO, GUEDES, SAMPAIO, 2014).

Ao mesmo tempo, o estudo das dispensas é operacional para evidenciar aspectos dos processos de enraizamento social dos açorianos aqui arrolados. Tais processos contêm informações a respeito dos primeiros contatos sociais e atividades econômicas desenvolvidas pelos jovens imigrantes.

Neste artigo, a seleção de informações presentes nas dispensas matrimoniais permitiu a elaboração de uma análise contendo os seguintes elementos: (I) identificação dos primeiros contatos sociais mantidos pelo noivo de origem portuguesa na sociedade receptora; (II) reconhecimento das atividades econômicas desenvolvidas pelo noivo reinol ao tempo da abertura das dispensas; (III) identificação de aspectos da origem social e condição econômica das testemunhas dos processos de dispensa. As dispensas matrimoniais aqui utilizadas estão sob a guarda do Arquivo Metropolitano Dom Leopoldo e Silva, da Mitra Diocesana de São Paulo.

marcado por estricta especialização profissional. Portanto, atualmente não consta como abordagem mais aceita aquela que, a partir das informações presentes nas listas, busca dividir a sociedade da Capitania de São Paulo em setores profissionais primários, secundários e terciários. A perspectiva de análise que setorizava os grupos profissionais da sociedade colonial foi característica aos primórdios dos estudos de demografia histórica no Brasil (MARCÍLIO, 2000; MARCÍLIO, 2014). Desse modo, torna-se fundamental reconhecer nas listas indícios das ocupações sazonais desenvolvidas pelos chefes de domicílio. A identificação desses indícios contribui para um entendimento renovado sobre a conjugação de ocupações profissionais pelos habitantes das vilas da mencionada Capitania (BACELLAR, 2008).

Mudança de profissão, vida agrária e escravidão na vila de Antonina: o caso de Antônio da Silva Neves

A execução desta etapa do artigo propicia a fundamentação de três argumentos. Primeiro, é evidenciado que, na vila de Paranaguá dos anos 1780, não era incomum a inserção de portugueses adultos. Mais precisamente, no extremo sul do litoral paulista não ocorria apenas o ingresso de portugueses menores que se dirigiam para a vida mercantil. Antes, o grupo de imigrantes portugueses existente em Paranaguá no fim do século XVIII era também formado por indivíduos se transferiram para a sociedade receptora na idade adulta. Tal município foi, por exemplo, o local para o recomeço da vida profissional de um adulto que atuara como militar no Reino de Portugal.

Segundo, destaca-se que era comum a realização de migrações internas por portugueses estabelecidos no litoral paulista na segunda metade do século XVIII. Havia ocasiões, portanto, nas quais as mais decisivas oportunidades econômicas e sociais dos imigrantes lusófonos, na aludida região, surgiam após a migração para municípios adjacentes a Paranaguá. A mobilidade espacial fora um elemento intrínseco às trajetórias de indivíduos que se estabeleceram em tal vila nas décadas finais do período colonial. No município de Paranaguá, no princípio dos anos 1800, os imigrantes lusófonos que chefiavam domicílios eram originários de Portugal e dos Açores.

Terceiro, é evidenciado que um indicador do poder econômico dos portugueses era a capacidade de formar uma escravaria. Antônio da Silva Neves formou um plantel de escravos para dedicar-se a um ramo da agricultura – a produção de aguardente. Dessa forma, compete demonstrar que a imersão na vida agrícola era uma forma de os portugueses consolidarem um pertencimento na sociedade receptora.

No contexto do cenário agrícola do extremo sul do litoral da Capitania de São Paulo, verificou-se a existência de sensíveis diferenças socioeconômicas entre os portugueses. Antônio da Silva Neves pertenceu ao rol de patrícios que auferiram a condição de proprietário rural não dedicado apenas à agricultura de subsistência. A sustentação desse argumento permite avançar na produção de um conhecimento atinente às origens e perfis sociais de senhores de escravos no litoral sul da Capitania de São Paulo no início do século XIX.

A historiografia a respeito da escravidão na Província do Paraná dedicou especial ênfase ao estudo dos preços de cativos, padrões demográficos das escravarias, aos modos de interação entre senhores e escravos e ao processo de inserção de africanos nas atividades econômicas da região (GUTIÉRREZ, 1986; KLEIN e LUNA, 2005; PORTELA, 2014; SANTOS, 1976). Houve, ainda, a ocasional produção de estudos acerca do tráfico de escravos no litoral paranaense (FERRARINI, 1971; LEANDRO, 2003; WESTPHALEN, 1972). Há, contudo, restrita ênfase para o estudo da escravidão no contexto da sociedade litorânea à época colonial.

Compete, assim, salientar a participação de membros de uma parcela da população do litoral paranaense – os imigrantes de origem portuguesa – no contingente de senhores de escravos da localidade. O estudo sobre essa parcela permite, ainda, o conhecimento sobre as distinções econômicas que existiram entre os reinóis ali estabelecidos.

O processo de dispensa matrimonial de Antônio da Silva Neves foi aberto no dia 19 de setembro de 1783 pelo vigário interino de Paranaguá, Joaquim da Costa Resende. Nessa oportunidade, Neves afirmou que era oriundo do Arcebispado de Évora, em Portugal. No referido ano, ele estava na idade de 40 anos e residia no Brasil desde 1767. Na época da abertura do processo de dispensa, Neves era noivo de Rita Ferreira dos Santos, natural de Paranaguá.⁶

Em seu depoimento nesse processo, Neves relatou que se estabelecera no Brasil na condição de soldado das forças militares do Governo português. Inicialmente, residira na cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, desempenhara suas funções na Capitania do Rio Grande do Sul. Por consequência, ele retornou para a então capital brasileira e solicitou baixa de seu posto militar. Por fim, Antônio Neves fixou-se na vila de Paranaguá.

⁶ Os trabalhos genealógicos referentes a famílias do Paraná, a exemplo da *Genealogia Paranaense*, de Francisco Negrão, não comportam informações que permitam identificar a origem e a condição social da esposa de Antônio da Silva Neves. Porém, na edição da *Revista Genealógica Latina* de 1956 encontra-se uma menção ao casamento de uma filha do casal Antônio Neves e Rita Ferreira. Conforme a publicação, uma filha desse casal, Maria Faustina do Espírito Santo, fora casada com o Alferes João Ferreira da Costa. Esse indivíduo era natural do município de Desterro, situado da Capitania de Santa Catarina. Este casamento teria ocorrido no início dos anos 1830, visto que no decorrer dessa década João da Costa e Maria Faustina conceberam três filhos. Tiveram o último filho em 1842 (REVISTA GENEALÓGICA LATINA, 1956, p. 154). Em resumo, tais informações evidenciam um caso da absorção de um adventício, oriundo de Santa Catarina, à vida social e às alianças familiares da vila de Paranaguá. Ao mesmo tempo, trata-se de uma evidência de que, no âmbito da família de Rita Ferreira, não era incomum que os casamentos das mulheres fossem realizados com indivíduos não originários da vila de Paranaguá.

IMIGRAÇÃO, AGRICULTURA E ESCRAVIDÃO: FORMAS DE INSERÇÃO SOCIAL E ATUAÇÃO ECONÔMICA DE PORTUGUESES NO LITORAL SUL DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (VILAS DE ANTONINA E PARANAGUÁ, 1783-1808)

O estabelecimento desse imigrante no Brasil ocorreu em 1767. De sua outra parte, a sua transferência para o citado município litorâneo ocorreu por volta do ano de 1779 (PROCESSO DE DISPENSA MATRIMONIAL DE ANTÔNIO DA SILVA NEVES, 1783: 2). No curso dessas migrações internas, ele não estabeleceu relações familiares. Portanto, não foi efêmera a atuação de Neves como militar em áreas sulinas do Brasil.

Em síntese, as informações apresentadas por Neves nesse processo de dispensa permitem a elaboração de três constatações. Primeiro, o caso desse reinol é um indício de que, na segunda metade do século XVIII, a vila de Paranaguá foi um local de recepção de portugueses amadurecidos. Esses imigrantes haviam buscado, sem êxito, se enraizar em outras capitanias da colônia. Ao mesmo tempo, outro elemento do perfil social desse contingente de portugueses era tardia constituição de núpcias.

Segundo, constata-se que a referida vila, nas décadas finais da época colonial, fora o local de mudança da atividade econômica de um antigo militar português. A atuação na vida agrária foi, pois, o destino de Neves na sociedade receptora. Desse modo, verifica-se que o treinamento nas lides da vida mercantil não era, em todos os casos, o percurso seguido por imigrantes lusófonos naquela sociedade.

Terceiro, a diferença fundamental entre os compatriotas de origem portuguesa estabelecidos em Paranaguá dizia respeito à maior ou menor capacidade de ampliar seus vínculos familiares na sociedade local. De sua parte, Antônio Neves enquadrava-se na categoria dos imigrantes cujo processo de constituição desses vínculos foi mais vagaroso – ele aguardou cerca de cinco anos para ser admitido àquelas lógicas de estabelecimento de conexões familiares em Paranaguá.

A despeito do fato de estabelecer de modo menos célere alianças familiares em Paranaguá, Antônio Neves logrou se consolidar na vida agrícola da região como um produtor de aguardente. O local em que se dedicou a tal atividade era a vila de Antonina, a qual fora criada em 1797 após a sua emancipação da jurisdição da vila de Paranaguá. Trata-se de um município que dista cerca de cinquenta quilômetros do núcleo urbano do município de Paranaguá.

Assim, as informações supracitadas consistem em indícios de que a realização de migrações internas foi um elemento comum à trajetória do citado imigrante no Brasil. A

mudança de profissão e as contínuas tentativas de fixação em vilas coloniais foram as principais estratégias por ele deflagradas no curso de seu enraizamento na sociedade receptora. Uma das consequências dessas estratégias foi a sua acomodação na condição de proprietário rural que detinha um plantel de escravos cujo número de componentes era superior ao número médio de indivíduos presentes nas escravarias da vila de Antonina.

Assim, na etapa seguinte deste artigo são evidenciados aspectos da composição da posse de escravos na mencionada vila. Por conseguinte, compete destacar a segmentação entre os portugueses ali residentes quanto ao número de escravos que possuíam. Tal abordagem permite demonstrar o argumento segundo o qual a faculdade de formar uma escravaria denota a consistência da inserção de Neves na vida econômica de Antonina.

Os imigrantes portugueses e a composição das escravarias na vila de Antonina em 1808

Nesta seção do artigo é realizado o emprego da Lista Nominativa de Habitantes de Antonina referente ao ano de 1808. Esse emprego propicia o reconhecimento da posição de Antônio Neves na vida econômica e social do município. Nesse quadro, cabe dedicar atenção à condição de Neves como um senhor de escravos dedicado à produção de aguardente.

Demonstra-se que, em sua maior parte, os chefes de domicílio de Antonina eram pequenos proprietários de escravos – os seus plantéis de cativos eram compostos por um número não superior a cinco indivíduos. Antônio da Silva Neves, por sua vez, estava inserido em uma camada mais seleta de possuidores de escravarias. Ao mesmo tempo, é evidenciado que os três imigrantes portugueses arrolados nesta lista eram distinguidos pela inserção nessa parcela seleta de proprietários de escravos do município. A formação de escravarias e o envolvimento na agricultura eram elementos que aproximavam os destinos sociais de Antônio Neves e de seus compatriotas estabelecidos em Antonina.

De outra parte, as informações estudadas a partir desta seção permitem situar as vilas de Antonina e Paranaguá no contexto da estrutura de posse de escravos da Capitania de São Paulo dos anos 1800. Por um lado, os resultados apresentados neste estudo possibilitam salientar que, em relação à estrutura de posse de diferentes regiões da

IMIGRAÇÃO, AGRICULTURA E ESCRAVIDÃO: FORMAS DE INSERÇÃO SOCIAL E ATUAÇÃO ECONÔMICA DE PORTUGUESES NO LITORAL SUL DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (VILAS DE ANTONINA E PARANAGUÁ, 1783-1808)

Capitania, Antonina possuía uma média de escravos por domicílios mais elevada do que as médias de quatro regiões paulistas na primeira década do século XIX.

Preliminarmente ao estudo da estrutura de posse de escravos e dos percursos de imigrantes de origem portuguesa em Antonina, é imperioso apresentar um panorama da organização da população nesse município no início dos anos 1800. Nesse particular, as informações atinentes aos imigrantes lusófonos que residiam nessa vila em tal contexto permite salientar a natureza de suas ocupações econômicas.

Em 1808, a população de Antonina era composta por 3.819 habitantes (1.885 do sexo masculino e 1.934 do sexo feminino). Esses indivíduos estavam acomodados em 615 domicílios. Nesse quadro, 468 chefes de domicílio eram do sexo masculino, e 147 eram do sexo feminino (LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DA VILA DE ANTONINA, 1808).

De outra parte, residiam nesse município 837 escravos (420 do sexo masculino e 417 do sexo feminino). Eles estavam distribuídos em 125 domicílios. Havia, pois, uma média de 6,6 escravos por domicílio em Antonina no mencionado ano. As listas nominativas produzidas em Antonina no início do século XIX possuem informações mais abundantes e consistentes sobre os imigrantes de origem portuguesa que residiam na 1ª Companhia de Ordenanças da vila. Ou seja, tais listas possuem informações mais detalhadas sobre os açorianos e reinóis estabelecidos na área central do município.

A despeito dessa limitação, as informações analisadas ao longo deste artigo permitem a feitura de duas constatações. Primeiro, demonstra-se que havia uma marcante presença de imigrantes lusófonos na vida comercial de Antonina. Segundo, é evidenciado que a atuação em ramos da vida agrária não implicava, em todas as situações, um afastamento em relação à vida urbana. Antes, existiam proprietários rurais que residiam na área mais central da vila e exerciam cargos na administração municipal.

De um total de 49 domicílios cujo local de nascimento dos chefes é mencionado na Lista, 24 pertenciam a indivíduos de origem portuguesa. Nesse quadro, 23 chefes de domicílios portugueses eram residentes nas proximidades da baía, uma área em que a vida comercial estava estruturada de forma mais consistente. Ao mesmo tempo, desse total de 24 imigrantes apenas dois não possuíam escravarias e dois não desempenhavam qualquer

função em esferas da administração local, tais como a Companhia de Milícias (LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DA VILA DE ANTONINA, 1801).

De fato, o comércio era a ocupação mais frequente dos imigrantes lusófonos estabelecidos em Antonina vila no início do século XIX. De outra parte, a análise da Lista Nominativa permitiu salientar que havia proprietários rurais que residiam na área urbana na vila. Nesse particular, cabe mencionar o caso do açoriano Manuel Vieira Espiga, agricultor que morava na Rua da Matriz, localizada na área central da vila. Trata-se de salientar, ainda, que Espiga fora Juiz Ordinário de Antonina nos anos 1800 (KATO: 138).

Tal informação consiste em um indício de que o exercício de ocupações agrárias não implicava, em todas as situações, o distanciamento do imigrante lusófono da participação na vida administrativa daquele município. Mais amplamente, essa informação é uma evidência da fluída relação entre o campo e a cidade no contexto do município de Antonina dos anos 1800.

Essa fluidez era decorrente, por exemplo, do fato de que o exercício de uma ocupação agrária não gerava o afastamento do indivíduo da área mais central da localidade. Ao contrário, não era incomum que os proprietários rurais de Antonina residissem em tal área. Em verdade, os agricultores compunham a maior parcela dos chefes de domicílios das ruas centrais de Antonina na referida década.⁷

Em resumo, a área urbana da vila era o local da residência de proprietários rurais e, em particular, de abastados senhores de escravos. Apresentada a seguir, a Tabela 1 contém informações sobre o número de escravos por domicílio naquela época em Antonina. Note-se, pois, o predomínio dos pequenos proprietários no contingente de senhores de escravos da localidade.

TABELA 1
Contingente de escravos por domicílio no município de Antonina (1808)

Escravos por domicílio	Números absolutos	%
51-55	2	1,6
31-35	2	1,6
21-25	6	4,8
16-20	1	0,8
11-15	11	8,8

⁷⁷ A partir da análise da Lista Nominativa de 1808 da vila Antonina, Allan Kato demonstrou que havia, na área central desse município, 37 chefes de domicílio dedicados a ocupações agrárias. Nessa área também habitavam 16 comerciantes (KATO, p. 140).

IMIGRAÇÃO, AGRICULTURA E ESCRAVIDÃO: FORMAS DE INSERÇÃO SOCIAL E ATUAÇÃO ECONÔMICA DE PORTUGUESES NO LITORAL SUL DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (VILAS DE ANTONINA E PARANAGUÁ, 1783-1808)

6-10	27	21,6
1-5	76	60,8
Total	125	100

FONTE: Lista Nominativa de Habitantes da Vila de Antonina, 1808.

Nesse contexto, a média de escravos por domicílio em Antonina (6,6) era superior à média de quatro regiões da Capitania de São Paulo em 1804. Tal média era inferior apenas àquela encontrada no Oeste Paulista.⁸ Por outro lado, as informações contidas na Lista de 1808 permitem asseverar que, além de Antônio Neves, havia outros três imigrantes lusófonos detentores de escravos em Antonina. Esses indivíduos pertenciam aos grupos mais seletos de proprietários de escravos da localidade. A identificação da ocupação profissional e do contingente dos plantéis de cativos desses imigrantes possibilita corroborar o argumento de que o envolvimento nas atividades agrárias não era um percurso incomum aos compatriotas de Antônio Neves.

De outra parte, tal perspectiva de análise permite salientar os elementos peculiares aos processos de inserção e enraizamento social de imigrantes portugueses e açorianos naquela vila. Um desses elementos era a conquista de patentes na Companhia de Ordenanças. Outro aspecto era a formação de uma escravaria que os permitia desenvolver atividades tais como o cultivo de arroz e a produção de aguardente. Tratava-se de um contexto no qual a produção de feijão e a extração de madeiras eram também atividades inerentes à vida econômica de Antonina (RITTER, 1980: 198).

Em 1808, Antônio Neves detinha um escravaria formada por 24 cativos (12 do sexo masculino e 12 do sexo feminino), que possuíam idades entre 0 e 58 anos. Neves fora descrito na Lista Nominativa como *Capitão reformado e dono de engenhoca de aguardente* (LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DA VILA DE ANTONINA, 1808). Portanto, ao migrar para Antonina, ele lograra experimentar a conquista de posições nas Ordenanças.

⁸ Conforme o estudo de Francisco Vidal Luna, as médias de escravos por domicílio em cinco regiões da Capitania de São Paulo no ano de 1804 eram as seguintes: no Vale do Paraíba, 5,63 cativos em domicílios chefiados por homens; 5,5 em domicílios chefiados por mulheres. Na cidade de São Paulo, a média era de 5,17 escravos em domicílios chefiados por homens e 4,45 em domicílios comandados por mulheres. No Oeste Paulista, identificou-se uma média de 7,44 cativos em domicílios comandados por homens, e 5,98 em domicílios chefiados por mulheres. No Caminho do Sul, a média era 4,98 escravos em domicílios chefiados por homens, e 5,0 em domicílio comandados por mulheres. No Litoral, foi constatada uma média de 5,82 cativos em domicílios comandados por homens, e 5,69 em domicílios chefiados por mulheres (LUNA, 2009, p. 354). Em suma, Antonina possuía uma média de cativos por domicílio superior à média verificada nos municípios litorâneos da Capitania de São Paulo.

Esse imigrante estava, pois, acomodado em um grupo mais seletivo de proprietários de escravos de Antonina.

Ele também estava dedicado a uma atividade econômica que, na época, era objeto de estudo de naturalistas como o paulista João Manso Pereira. Em suma, Antônio Neves se dedicava a uma ocupação econômica, a produção de aguardente, a respeito da qual João Pereira, no âmbito da Capitania de São Paulo do fim do século XVIII, aventou formas de produção mais eficientes (VARELA, 2009). Tratava-se, pois, de um momento auspicioso para as atividades agrícolas de tal Capitania.⁹ Por consequência, a atenção aos perfis sociais dos portugueses mencionados nessa Lista Nominativa permite atestar a recorrente inclinação dos membros dessa comunidade étnica, no contexto do litoral sul paulista, para a participação em ramos da agricultura.

Um dos maiores proprietários de escravos de Antonina era José Carneiro dos Santos, português natural do Arcebispado de Braga. Em 1808, ele residia em Paranaguá e estava na idade de 82 anos. Dedicava-se à pecuária e à agricultura. Ele mantinha um sítio em Antonina, no qual residiam 52 escravos (26 do sexo feminino e 26 do sexo masculino), com idades entre 1 e 65 anos. Conforme a Lista Nominativa de Paranaguá, Carneiro era Capitão-Mor desse município e também possuía uma fazenda de gado na vila planáltica de Curitiba, distante cerca de noventa quilômetros do núcleo urbano de Paranaguá.

Nesse âmbito, trata-se de ressaltar que José Carneiro dos Santos estava ligado a uma atividade econômica, a pecuária, que experimentou expressivo crescimento a região de Curitiba entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. Mais precisamente, o comércio de animais de carga nessa região era próspero ao tempo em que José Carneiro dos Santos manteve ali sua fazenda de gado (GIL, 2009: 50).

⁹ Desde meados do século XVIII o desenvolvimento de lavouras canavieiras era incentivado por governadores da Capitania de São Paulo. Foi, pois, entre os anos de 1797 e 1802, no governo de Manuel de Melo Castro e Mendonça, que ocorreram nessa Capitania as mais consistentes iniciativas em benefício da expansão de lavouras de cana (PETRONE, 1968). Em verdade, diferentes autores, tais como Caio Prado Jr. e Roberto Simonsen, salientaram que, no contexto brasileiro, o fim do século XVIII foi marcado pelo crescimento das atividades agrícolas. Assim, produtos tais como a cana, o algodão e o café ganharam maior impulso em tal época (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 79-87, SIMONSEN, 1978, P. 123-141). Portanto, a atuação de Antônio da Silva Neves na produção de aguardente ocorreu em um momento auspicioso da agricultura canavieira e, mais amplamente, da agricultura brasileira. Nesse âmbito, trata-se de salientar que os antigos comerciantes lusófonos Antônio Neves e José Carneiro dos Santos diversificaram suas atividades econômicas em contextos nos quais as ocupações a que se voltaram (a produção de aguardente e a criação de gado, respectivamente) conheceram especial desenvolvimento no âmbito da Capitania de São Paulo.

IMIGRAÇÃO, AGRICULTURA E ESCRAVIDÃO: FORMAS DE INSERÇÃO SOCIAL E ATUAÇÃO ECONÔMICA DE PORTUGUESES NO LITORAL SUL DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (VILAS DE ANTONINA E PARANAGUÁ, 1783-1808)

Em Paranaguá, por seu turno, Santos era detentor de escravaria formada por 12 cativos (10 do sexo feminino e 2 do sexo masculino), com idades entre 3 e 67 anos. Esse pecuarista era possuidor de, no mínimo, 64 cativos (LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DA VILA DE PARANAGUÁ, 1808). O português José Carneiro, portanto, possuía tanto o poder econômico decorrente do envolvimento na pecuária e de extensa escravaria quanto o poder administrativo facultado pela sua posição de Capitão-Mor.

Outro imigrante português referido na Lista Nominativa de Antonina, em 1808, era João Dias Barbosa. Ele era natural da cidade de Lisboa e dedicava-se à agricultura e ao comércio marítimo.¹⁰ Na época, estava casado e tinha a idade de 37 anos. Em sua propriedade em Antonina foi registrada a presença de 12 escravos (8 do sexo feminino e 4 do sexo masculino), com idades entre 0 e 37 anos (LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DA VILA DE ANTONINA, 1808).

As informações atinentes a esse indivíduo consistem em indícios da diversificação de atividades econômicas realizada por imigrantes no contexto do extremo sul do litoral paulista, no início do século XIX. Desenvolvida neste artigo, a abordagem sobre o envolvimento de portugueses no agenciamento do trabalho de escravos em Paranaguá permite corroborar tal assertiva.

Por fim, o quarto imigrante aludido na citada fonte era o supracitado Manuel Vieira Espiga, natural da Ilha de São Miguel, situada no Arquipélago dos Açores. Esse indivíduo, em 1808, tinha 76 anos de idade, estava casado e dedicava-se à agricultura. Em seu domicílio estavam presentes 9 escravos (6 do sexo feminino e 3 do sexo masculino), com idades entre 0 e 65 anos. Espiga, portanto, fazia parte do segundo grupo mais

¹⁰ No contexto do município de Paranaguá da primeira metade do século XIX, o envolvimento no comércio marítimo era um indicador do poder econômico dos negociantes. Mais precisamente, tal envolvimento denotava a posse dos recursos necessários para a aquisição de embarcações e realização de viagens comerciais. Nesse quadro, houve imigrantes portugueses cujo processo de enriquecimento foi marcado pela faculdade de se envolver no comércio marítimo. Por meio da análise da Lista Nominativa de Habitantes de Paranaguá do ano de 1825, verifica-se que os citados portugueses Manuel Antônio Pereira e Manuel Francisco Correia atingiram a condição de negociantes envolvidos no comércio marítimo na referida década. Na aludida fonte, esses reinóis são descritos como chefes de domicílio que viviam de seus negócios de fazenda seca e de suas embarcações (LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DA VILA DE PARANAGUÁ, 1825). Na Lista Nominativa de 1808, contudo, eles constavam apenas como comerciantes. Dessa forma, nos anos 1820 tais compatriotas já haviam auferido a condição de diversificar suas atividades econômicas. No início dos anos 1850, o envolvimento no comércio marítimo continuou a ser um elemento marcante do poder econômico de Manuel Antônio Pereira (SANTOS, 2001).

numeroso de senhores de escravos, segundo a classificação apresentada na Tabela 1. Conforme a Lista Nominativa, em 1808 esse imigrante vendera 3 arrobas de café e 60 alqueires de farinha (LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DA VILA DE ANTONINA, 1808).

Em síntese, tais informações permitem salientar que imigrantes portugueses e açorianos pertencentes a uma geração anterior à de Antônio Neves se ocuparam com o desenvolvimento de atividades rurais. Existiam, por certo, distinções quanto à natureza das atividades rurais por eles empreendida. Havia, ainda, diferenças quanto ao grau de poder econômico por eles conquistado. Nas décadas finais da época colonial, não era incomum que imigrantes lusófonos se radicassem em áreas nas quais, no âmbito das vilas de Antonina e Paranaguá, eram destinadas às atividades agrárias.

Treinamento na vida mercantil, mudança de ocupação profissional e agricultura: o caso de Manuel Álvares Carneiro na vila de Paranaguá

O estudo sobre o percurso de Manuel Carneiro na vila de Paranaguá permite a feitura de quatro constatações. Primeiro, é evidenciado que, no contexto do aludido município, não era incomum que antigos comerciantes mudassem de profissão. Mais precisamente, havia ocasiões nas quais, na passagem do século XVIII para o século XIX, indivíduos que foram treinados em ramos da vida mercantil tornaram-se praticantes da agricultura.

Segundo, afirma-se que a inserção do imigrante em Paranaguá na época da menoridade era operacional do ponto de vista social e econômico. De um lado, a inserção nas lides do comércio permitia ao jovem imigrante sedentarizar-se de modo mais célere na sociedade receptora. Essa celeridade propiciava, por exemplo, a condição de contrair matrimônio de forma mais precoce na sociedade local. De outro lado, o desempenho de uma profissão mercantil permitia o estreitamento de vínculos sociais entre o imigrante recém-chegado e membros mais antigos da comunidade étnica portuguesa formada naquela localidade.

Terceiro, demonstra-se que o apoio de familiares já residentes na vila de Paranaguá era decisivo para o enraizamento do imigrante português nessa sociedade. Em suma, compete sustentar o argumento segundo o qual a transferência para aquela vila, no

IMIGRAÇÃO, AGRICULTURA E ESCRAVIDÃO: FORMAS DE INSERÇÃO SOCIAL E ATUAÇÃO ECONÔMICA DE PORTUGUESES NO LITORAL SUL DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (VILAS DE ANTONINA E PARANAGUÁ, 1783-1808)

fim do século XVIII, era uma iniciativa que envolvia um planejamento familiar. Desde a época da vivência em Portugal, havia imigrantes que cultivavam o desígnio de se fixarem no extremo sul do litoral da Capitania de São Paulo. A consecução desse propósito era concretizada por fatores tais como a acolhida fornecida por parentes ali residentes.

Por fim, é evidenciado que a atuação na vida agrária do litoral extremo sul da Capitania de São Paulo não era um destino incomum de imigrantes lusófonos que se estabeleceram inicialmente no núcleo urbano da vila de Paranaguá setecentista. Cabe evidenciar, pois, que essa região fora o espaço do recomeço da vida profissional que imigrantes que ali se estabeleceram na maturidade – este era o caso, por exemplo, do citado Antônio da Silva Neves.

Ao mesmo tempo, a vila de Paranaguá, nas décadas finais da época colonial, possuía uma comunidade étnica portuguesa cujos membros, a despeito de ali auferirem treinamento na vida comercial em época juvenil, mudaram de ocupação profissional e de local de residência. Ou seja, a constituição de vínculos com membros do grupo mercantil ao tempo da menoridade e princípio da juventude não engendrava, em todos os casos, a irreversível permanência do imigrante no núcleo de comerciantes autônomos do município.

No extremo sul do litoral paulista, as trajetórias dos jovens comerciantes portugueses não eram marcadas, em todos os casos, pela estabilidade. Existiam flutuações que implicavam, por exemplo, a realização de migrações internas. Desse modo, o estudo do caso de Manuel Carneiro permite asseverar que, na Paranaguá da segunda metade do século XVIII, a imersão na vida rural era uma alternativa para o reinício das atividades econômicas de um imigrante de origem portuguesa.

O processo de dispensa matrimonial de Manuel Álvares Carneiro foi iniciado no dia 13 de abril de 1785 pelo vigário de Paranaguá, Pedro Domingues Paes Leme. Nessa oportunidade, ele pretendia contrair núpcias com Antônia, filha de Tomás Pimentel. Ao mesmo tempo, Carneiro informou que era comerciante, estava na idade de 29 anos e residia na vila de Paranaguá desde 1768. Esse imigrante era natural do Arcebispado de Braga.

Ele se transferia para aquela vila do litoral paulista quando estava na faixa dos 12 anos idade. No contexto de seu matrimônio, Carneiro era um comerciante que conseguira estabelecer conexões econômicas para além da vila de Paranaguá. Ele afirmou, nesse

depoimento, que realizava frequentes viagens comerciais à cidade do Rio de Janeiro. Em 1785, portanto, Manuel Carneiro era um imigrante que possuía conexões comerciais na maior praça mercantil da colônia.

A mencionada dispensa matrimonial não permite reconhecer a natureza das atividades econômicas de Carneiro no Rio de Janeiro. Ele poderia, por certo, ter circulado nessa cidade na condição de intermediário das tratativas comerciais de outros negociantes. Ou seja, a fonte não permite asseverar que, no fim do século XVIII, esse reinol era um rico negociante que integrava extensas redes mercantis. De todo modo, a atuação no comércio permitiu a Carneiro, ainda que sob uma eventual posição subalterna, manter conexões sociais para além da vila receptora. (PROCESSO DE DISPENSA MATRIMONIAL DE MANUEL ÁLVARES CARNEIRO, 1785: 2).

Dessa maneira, Carneiro pertenceu ao rol de jovens imigrantes que tiveram na vila de Paranaguá a oportunidade de, ainda na época da menoridade, serem treinados nas lides do comércio. A dinâmica de absorção de jovens portugueses por compatriotas prolongou-se, ao menos, até a primeira etapa do século XIX no contexto da vila de Paranaguá.

No período em tela, era menos frequente a ocorrência de comerciantes que se enquadravam na condição de celibatários definitivos. Porém, o precoce enraizamento na sociedade receptora não facultava, em todas as ocasiões, a rápida passagem para a condição de casado com uma habitante daquela vila.

O casamento tardio de indivíduos ligados ao comércio não fora comum apenas ao caso do município de Paranaguá. Antes, na região do município planáltico de Curitiba, tal situação também foi observada, ao menos, até a primeira metade do século XIX. Naquela área planáltica, o retardamento dos matrimônios de comerciantes abastados era derivado do fato de que “além das questões de oportunidades relativas à distinção social, havia o problema da montagem das redes de relações pessoais necessárias às atividades mercantis” (LIMA, 2011: 39).

De outra parte, cabe destacar que, desde os primórdios de sua vivência na vila de Paranaguá, Manuel Carneiro mantinha interações com indivíduos que pertenciam à elite local. Dentre os integrantes do seu círculo social, havia parentes também oriundos de Portugal. Nesse particular, convém observar que, no contexto da sociedade de Paranaguá,

em determinadas ocasiões o estabelecimento de imigrantes portugueses assumia o caráter de um projeto familiar.

Desse modo, havia imigrantes recém-chegados a Paranaguá cuja acolhida naquela vila era proporcionada por compatriotas com os quais possuíam ligações familiares. De fato, Manuel Carneiro afirmou em seu depoimento que, quando migrou para o Brasil, se estabeleceu prontamente naquela vila litorânea. A sua fixação nessa vila, portanto, fora planejada desde a época em que ele residia em Portugal.

Para a demonstração desse argumento, compete salientar que o citado pecuarista português José Carneiro dos Santos, à época no exercício do posto de Capitão-Mor da vila de Paranaguá, foi arrolado como testemunha do processo de dispensa matrimonial de Manuel Carneiro. Esse pecuarista ressaltou que era parente de Manuel Carneiro, mas não discriminou a natureza do vínculo familiar (PROCESSO DE DISPENSA MATRIMONIAL DE MANUEL ÁLVARES CARNEIRO, 1785: 3).

As informações presentes nesse depoimento de José Carneiro dos Santos permitem corroborar a afirmação de que membros da elite econômica e política de Paranaguá não eram cultores apenas de atividades econômicas urbanas. Os portugueses abastados radicados naquele município não se dedicaram somente aos misteres do comércio.

Nesse contexto, Manuel Carneiro, após a realização da etapa do matrimônio, inclinou-se ao desenvolvimento de atividades rurais. Essa mudança de atividade tornou-o pertencente a um dos mais restritos grupos de proprietários de escravos de Paranaguá. Em suma, quatro décadas após a sua inserção nessa vila paulista, Carneiro acomodou-se na condição de proprietário rural que detinha um plantel de escravos cujo contingente era superior ao contingente médio dos plantéis existentes naquele município.

Agricultura e escravidão na vila de Paranaguá no início do século XIX

O estudo sobre a estrutura domiciliar de Manuel Carneiro em Paranaguá, no ano de 1808, é aqui empreendido por meio de comparativos sobre a composição das escravarias no município. Ao mesmo tempo, é dedicada especial atenção à composição das escravarias dos membros da comunidade de reinóis e açorianos que existia naquela vila.

Tal método de abordagem possibilita evidenciar a acomodação de Carneiro em uma faixa mais seleta de senhores de escravos da localidade. Inicialmente, é necessário salientar, por meio da análise de lista nominativa de habitantes, que o envolvimento de imigrantes de origem portuguesa em atividades agrárias era significativo no rol de profissões exercidas por esses imigrantes em Paranaguá.

A Lista Nominativa de 1801 permite reconhecer, com maior precisão, o contingente de portugueses radicados na vila de Paranaguá no limiar do século XIX. A análise dessa fonte possibilita salientar que, no referido ano, a população total de Paranaguá era de 5.467 indivíduos. Desse total, 55 indivíduos eram homens de origem portuguesa. Portanto, no contexto ao qual se refere o presente artigo, a comunidade portuguesa existente em Paranaguá nas décadas finais da época colonial representava cerca 1% da população da vila (LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DA VILA DE PARANAGUÁ, 1801).

Por outro lado, cumpre demonstrar que era equânime a divisão de imigrantes lusófonos em ofícios rurais e ofícios urbanos na vila de Paranaguá no período em tela. A Lista de 1801 contém informações sobre a ocupação profissional de 50 imigrantes lusófonos. Conforme esta fonte, os portugueses e açorianos residentes naquele município estavam distribuídos nas seguintes categorias profissionais:

TABELA 2
Profissões de imigrantes lusófonos na Vila de Paranaguá (1801)¹¹

Profissões	Números absolutos	%
Artes médicas	2	4
Artesão	2	4
Cargo oficial	3	6
Comerciante varejista	8	16
Grande agricultor	11	22
Grande comerciante	12	24
Ofícios marítimos	8	16

¹¹ Para a elaboração desta tabela foram empregados quatro critérios. Primeiro, definiu-se como *pequeno agricultor* os chefes de domicílios que aparecem na fonte como dedicados à agricultura de subsistência. Segundo, foi aqui definido como *grande agricultor* os chefes de domicílios cuja produção agrícola comercializada foi registrada na lista nominativa. Terceiro, foram reunidos na categoria de *comerciante varejista* os imigrantes lusófonos arrolados na lista como vendedores. Por fim, houve o enquadramento de portugueses na categoria de *Grande comerciante* quando tais imigrantes foram mencionados na fonte como dedicados aos misteres da vida mercantil.

IMIGRAÇÃO, AGRICULTURA E ESCRAVIDÃO: FORMAS DE INSERÇÃO SOCIAL E ATUAÇÃO ECONÔMICA DE PORTUGUESES NO LITORAL SUL DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (VILAS DE ANTONINA E PARANAGUÁ, 1783-1808)

Pequeno agricultor	4	8
Total	50	100

FONTE: Lista Nominativa de Habitantes da Vila de Paranaguá, 1801.

Em última análise, verifica-se que o envolvimento na produção e comércio de gêneros agrícolas era uma atividade que possuía um número de participantes que não se distanciava sobremaneira do número de imigrantes lusófonos dedicados aos misteres do comércio. Nesse quadro, a análise da composição das escravarias de portugueses permite salientar que, em 1808, a maior demanda por cativos era um elemento intrínseco da atividade econômica dos compatriotas radicados nos bairros mais distantes do núcleo urbano de Paranaguá.

Em 1808, Paranaguá era um município cuja população era formada por 5.411 indivíduos (2.517 do sexo masculino e 2.894 do sexo feminino). Existiam, na ocasião, 976 domicílios (774 chefiados por homens e 202 comandados por mulheres). De outra parte, o total de cativos residentes nessa vila era de 1.132 (609 do sexo feminino e 523 do sexo masculino). Esses escravos estavam distribuídos em 197 domicílios (LISTA NOMINATIVA de HABITANTES DA VILA DE PARANAGUÁ, 1808).

A média de escravos por domicílio, portanto, era de 5,7 indivíduos naquele município. Tratava-se, pois, de uma média inferior à média das escravarias de Antonina. Por outro lado, a média do número de escravos por domicílio em Paranaguá era mais próxima às médias verificadas em cinco regiões da Capitania de São Paulo no ano de 1804 (LUNA: 354).

Conforme a Tabela 2, a maior parte das escravarias de Paranaguá, em 1808, era formada por pequenos plantéis que compreendiam de 1 a 5 cativos. Nesse contexto, Manuel Carneiro possuía escravaria formada por 14 indivíduos (9 do sexo masculino e 5 do sexo feminino), com idades entre 1 e 62 anos. Tal escravaria situava-o no terceiro grupo mais numeroso de senhores de escravos da vila.

TABELA 3
Contingente de escravos por domicílio no município de Paranaguá (1808)

Escravos por domicílio	Números absolutos	%
F 31-35	1	0,5
26-30	4	2
21-25	2	1
16-20	5	2,6
11-15	16	8,3
6-10	35	18
1-5	131	67,6
Total	194	100

FONTE: Lista Nominativa de Habitantes da Vila de Paranaguá, 1808.

Há que salientar, por consequência, a participação dos imigrantes lusófonos (reinóis e açorianos) no grupo de senhores de escravos de Paranaguá. Dentre os 197 domicílios detentores da presença de escravos, 39 eram chefiados por portugueses. A maior parte desses imigrantes era proprietária de pequenos plantéis. Manuel Carneiro, por seu turno, fazia parte do mais seletivo grupo de proprietários de cativos. Tratava-se do grupo cujos membros possuíam entre 11 e 15 cativos. Atente-se, portanto, aos dados expostos na Tabela 4.

TABELA 4
Contingente de escravos nos domicílios de imigrantes lusófonos no município de Paranaguá (1808)

Escravos por domicílio	Números absolutos	%
11-15	5	13
6-10	9	23
1-5	25	64
Total	39	100

FONTE: Lista Nominativa de Habitantes da Vila de Paranaguá, 1808.

Tais informações evidenciam a existência de um desnível econômico entre imigrantes lusófonos estabelecidos na Paranaguá do início do século XIX.¹² Nesse

¹² Esse desnível não era restrito ao caso do grupo de portugueses e açorianos radicados no extremo sul da Capitania de São Paulo. Em praças mercantis de maior porte, tais como o Rio de Janeiro, os imigrantes lusófonos se distinguiam em virtude da natureza de suas oportunidades econômicas e sociais. Eles também se distinguiam em decorrência da maior ou menor condição de se aproximarem de compatriotas abastados e poderem adentrar ao círculo de relações sociais e familiares de seus patrícios. A menção ao caso do português Antônio Vieira dos Santos (1784-1854) permite corroborar tais afirmações. Originário da cidade do Porto, ele se estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1797. Porém, Vieira dos Santos não conseguiu ali ser admitido aos grupos de caixeiros que eram treinados por negociantes naturais do Brasil e do Reino de Portugal. Ele também não obteve a oportunidade de, na capital da colônia, ser instruído em um ofício artesanal. Diante

IMIGRAÇÃO, AGRICULTURA E ESCRAVIDÃO: FORMAS DE INSERÇÃO SOCIAL E ATUAÇÃO ECONÔMICA DE PORTUGUESES NO LITORAL SUL DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (VILAS DE ANTONINA E PARANAGUÁ, 1783-1808)

contexto, a aquisição de escravos e a capacidade de conceder empréstimos eram elementos cruciais do poder econômico dos abastados imigrantes portugueses estabelecidos em tal vila. Ou seja, o modo de envolvimento do imigrante no mercado local de crédito privado apresenta-se como um indicador fundamental do seu grau de poder econômico.¹³

No limiar do século XIX, os reinóis José Carneiro dos Santos e Manuel Álvares Carneiro possuíam escravarias compostas por um número de cativos superior à média das escravarias existentes em Paranaguá. De outra parte, cabe destacar que nesse município, no começo dos anos 1800, os imigrantes lusófonos representavam 20% do contingente dos senhores de escravos. Trata-se de um percentual pouco inferior ao percentual de portugueses que faziam parte do contingente de senhores de escravos da vila de Santos em 1802. Esse percentual era de 22,6% (DI CARLO, 2011: 170).¹⁴

Na sociedade de Paranaguá, em fins da época colonial, havia uma estrita ligação entre o poder econômico e a mobilidade ascendente nas Ordenanças. Mais precisamente, em 1808, Manuel Carneiro fora mencionado na Lista Nominativa de Habitantes de Paranaguá como praticante da agricultura e Capitão de Ordenanças. No mencionado ano, Carneiro vendera 60 alqueires de arroz. Ele residia em uma área rural denominada de Bairro do Embocuí, que pertencia à 2ª Companhia de Ordenanças do município (LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DA VILA DE PARANAGUÁ, 1808).

desse malogro, Vieira dos Santos se transferiu para a vila de Paranaguá em 1798, onde se tornou comerciante varejista (CAVAZZANI e GOMES, 2014).

¹³ O desnível econômico entre os imigrantes portugueses era decorrente, ainda, do modo como participavam do mercado de crédito privado existente na capital e nas capitanias do Império. O citado Vieira dos Santos era um comerciante que permaneceu por décadas na condição de dependente do fornecimento de empréstimos de seus compatriotas residentes em Paranaguá. Os reveses econômicos por ele experimentados também motivaram a sua longa permanência na qualidade de devedor de abastados negociantes fixados na cidade do Rio de Janeiro. Em resumo, um dos fatores do desnível entre os membros da comunidade étnica portuguesa existente em Paranaguá no início do século XIX era a posição que ocupavam no mercado de crédito privado. Havia, pois, compatriotas que controlavam o mercado de créditos, bem como atuavam como intermediários de credores residentes no Rio de Janeiro. Nessa categoria, cabe mencionar o citado Manuel Francisco Correia. Existiam, por outro lado, portugueses que, como Vieira dos Santos, permaneciam por décadas como integrantes dos séquitos de devedores de seus patrícios. No contexto da vila de Paranaguá da primeira metade do século XIX, um elemento fundamental do poder econômico de imigrantes lusófonos era a extensão do seu grupo de devedores. Em determinados casos, essa extensão atingia diferentes capitanias (CAVAZZANI e GOMES, 2016).

¹⁴ Ricardo Felipe Di Carlo destacou que, na vila de Santos, em 1802, o contingente de portugueses que possuíam escravos era formado por 50 indivíduos. Os naturais de Santos eram a maioria dos senhores de escravos: 148. Por fim, brasileiros de outras capitanias somavam 21 indivíduos no grupo de proprietários de cativos naquele município (DI CARLO, 2011, p. 170).

O destino de Manuel Álvares, a partir do limiar do século XIX, consistira em se aproximar do perfil social e econômico do indivíduo que o recebera em Paranaguá – o compatriota e parente José Carneiro dos Santos. Manuel Carneiro acomodou-se em uma posição já exercida por tal familiar desde a segunda metade do século XVIII, a saber, a posição de senhor de escravos dedicado a uma atividade da vida econômica rural.

Agenciamento de escravos e vida urbana em Paranaguá: o caso de Pedro José Rodrigues Nunes

O estudo sobre a trajetória de Pedro Rodrigues Nunes na vila de Paranaguá entre as décadas de 1790 e 1800 na vila de Paranaguá permite a elaboração de três constatações. Primeiro, afirma-se que esse município, no aludido contexto, recebia portugueses adultos. Ou seja, era um local em que foram acolhidos imigrantes que buscavam recomeçar a vida profissional. Nesse quadro, Pedro Nunes pertencia ao grupo de imigrantes que, a despeito de ter ingressado na vida mercantil da sociedade receptora, não obteve localmente o treinamento de seus compatriotas para exercer tal ofício.

Segundo, cabe destacar que, na vila de Paranaguá, no contexto dos anos 1790, havia o estabelecimento de relações familiares entre membros da comunidade étnica portuguesa. A aproximação com seus compatriotas permitiu a Pedro Nunes angariar a oportunidade de contrair matrimônio com uma integrante da sociedade receptora. A sustentação desse argumento permite reconhecer a natureza das formas de interação e solidariedade social entre imigrantes portugueses estabelecidos na Paranaguá setecentista.

Terceiro, cabe ressaltar que Pedro Rodrigues se acomodou na condição rentista urbano na vila de Paranaguá, no limiar do século XIX. Assim, uma parte de sua renda era oriunda do agenciamento do trabalho de seus escravos. Trata-se, pois, de salientar que, naquela época, não era incomum que imigrantes europeus se tornassem rentistas por meio do aluguel de escravos em Paranaguá. É salientado, ainda, que nessa vila tal prática de obtenção de rendas era mais disseminada entre mulheres idosas. O pequeno conjunto de homens que em Paranaguá se dedicava a tal atividade era, em sua maior parte, pertencente ao grupo dos idosos.

A execução dessa etapa do estudo possibilita, em última instância, evidenciar a participação de portugueses em distintas áreas da vida econômica de Paranaguá. A

IMIGRAÇÃO, AGRICULTURA E ESCRAVIDÃO: FORMAS DE INSERÇÃO SOCIAL E ATUAÇÃO ECONÔMICA DE PORTUGUESES NO LITORAL SUL DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (VILAS DE ANTONINA E PARANAGUÁ, 1783-1808)

agricultura, o comércio varejista e o agenciamento de escravos eram atividades às quais tais imigrantes se dedicaram a partir da segunda metade do século XVIII. Nesse âmbito, convém demonstrar que, no mencionado contexto, houve casos de imigrantes lusófonos radicados naquela vila mudaram de ocupação profissional. Houve, também, casos de reinóis que diversificaram suas atividades econômicas.

O processo de dispensa matrimonial de Pedro José Rodrigues Nunes foi iniciado no dia 9 de julho de 1793 pelo vigário de Paranaguá, Pedro Domingues Paes Leme. Nessa oportunidade, Nunes afirmou que estava na idade de 35 anos, era comerciante e residia em Paranaguá desde 1782. Quando migrou para o Brasil, ele já possuía o intento de se fixar nessa vila do litoral sul da Capitania de São Paulo. Nunes era originário do Arcebispado de Braga (PROCESSO DE DISPENSA MATRIMONIAL DE JOSÉ RODRIGUES NUNES, 1793: 2).

Esse indivíduo, portanto, pertencia a um contingente de imigrantes cuja principal estratégia de inserção no Brasil consistia em angariar oportunidades sociais e econômicas em um pequeno núcleo urbano de área sulina. Nesse âmbito, nota-se que tal estratégia permitiu a Pedro Nunes desenvolver no litoral paulista um trajeto mais estável em relação aos seus compatriotas arrolados neste artigo. Tal estabilidade era decorrente do fato de que Nunes, na terceira década de sua residência em Paranaguá, não tivera a experiência de mudar de ocupação profissional e de município.

Em 1793, Nunes era noivo de Micaela Viana de Oliveira, filha do português Félix Bento Viana. Esse imigrante dedicava-se a ocupações rurais. Nesse quadro, compete salientar que, na Paranaguá setecentista, havia um círculo social composto por patrícios oriundos do Reino de Portugal. O pertencimento a esse círculo poderia viabilizar, por exemplo, o casamento do reinol com um descendente de seus compatriotas.¹⁵

¹⁵ No período em tela, a prática da realização de alianças familiares entre imigrantes portugueses ocorria em Paranaguá e em Antonina. Nesse quadro, tanto portugueses abastados e quanto reinóis não enriquecidos se inclinavam a conceder aos seus patrícios a condição de casar-se com suas filhas. Em Paranaguá, por exemplo, um filho do citado português Manoel Antônio Pereira casou-se com uma filha do reinol Manuel Francisco Correia (COSTA, 1988). Tal matrimônio estreitou os vínculos entre duas famílias de negociantes abastados. Na freguesia antoninense denominada de Morretes, na primeira década do século XIX, duas filhas do comerciante açoriano João Ferreira de Oliveira se casaram com imigrantes portugueses. Nesse âmbito, houve a absorção de dois jovens reinóis a uma família dotada de menor poder econômico em relação às famílias Correia e Pereira (CAVAZZANI e GOMES, 2014).

O matrimônio entre Pedro Nunes e Micaela Viana apresenta-se, pois, como evidência de uma situação há tempos assinalada pela historiografia. Tal situação consistia na recorrência de casamentos entre o imigrante e a descendente de um compatriota no contexto do século XVIII (BOXER, 1969).

A identificação do perfil social das testemunhas do processo de dispensa matrimonial de Pedro Nunes permite corroborar o argumento de que, na vila de Paranaguá, nos anos 1790, havia a tendência de os patrícios portugueses formarem um circuito de interações sociais. Nesse contexto, houve o arrolamento de três reinóis para testemunhar em tal processo de dispensa matrimonial.

Os compatriotas de Pedro Nunes, portanto, eram os indivíduos que possuíam as informações mais abundantes e confiáveis a respeito desse nubente. Trata-se de salientar, pois, que os seus principais interlocutores naquele momento eram indivíduos pertencentes ao seu grupo profissional – o grupo dos negociantes.

O primeiro indivíduo a testemunhar nesse processo foi Manuel Antônio da Costa, à época na idade de 33 anos. Oriundo do Arcebispado de Braga, em 1793 ele estava casado. Costa corroborou as informações fornecidas por Nunes em seu depoimento. Ele, Manuel da Costa, apenas advertiu que não estava em Paranaguá na época em que Nunes se fixou nessa vila. Essa ausência era decorrente do fato de que estava a desenvolver seus tratos comerciais na cidade do Rio de Janeiro (PROCESSO DE DISPENSA MATRIMONIAL DE JOSÉ RODRIGUES NUNES, 1793: 3).

Essa informação consiste em indício da existência de negociantes portugueses que, uma vez estabelecidos em Paranaguá, lograram desenvolver as suas tratativas comerciais para além da Capitania de São Paulo. Há, portanto, uma semelhança entre o citado Manuel Carneiro e de Manoel Antônio da Costa no que concerne às etapas iniciais de seus percursos no litoral sul paulista.

A segunda testemunha do processo era Caetano José Pena, de 72 anos. Originário do Arcebispado de Braga, ele era solteiro e atuava como negociante. A terceira testemunha do processo, por fim, era o açoriano José Caetano de Sousa, de 45 anos. Negociante, ele estava casado quando prestou depoimento no processo de dispensa.

José Caetano afirmou em seu depoimento que atuava como mestre de embarcação ao tempo em que Nunes se fixou em Paranaguá (PROCESSO DE DISPENSA

MATRIMONIAL DE JOSÉ RODRIGUES NUNES, 1793: 3). Essa informação permite reafirmar um argumento sustentado ao longo deste artigo – o argumento de que a vila de Paranaguá, do fim do século XVIII ao limiar do século XIX, fora um espaço do recomeço da vida profissional de imigrantes lusófonos. Em última análise, tal informação também permite asseverar que não era incomum, no âmbito de áreas litorâneas do extremo sul da Capitania de São Paulo, que imigrantes de origem portuguesa mudassem que ocupação profissional.

Portanto, no município de Paranaguá foram observadas multifacetadas formas de inserção de imigrantes na dinâmica econômica e social. Esses imigrantes não se enquadravam apenas na categoria de jovens que obtiveram treinamento na vida mercantil de seus compatriotas. Antes, houve imigrantes lusófonos cujos percursos foram mais acidentados. Um dos aspectos desse caráter acidentado era a mudança de profissão no decorrer do enraizamento naquela vila.

Dessa forma, no contexto dos anos 1790, Pedro Nunes estava consolidado no grupo dos negociantes do núcleo urbano da vila de Paranaguá. Em relação ao caso de compatriotas como Manuel Carneiro, o seu percurso na sociedade receptora foi mais estável. No limiar do século XIX, ele permanecia residente naquele núcleo urbano e dedicado à atividade mercantil. A peculiaridade de sua atuação na vida social de Paranaguá residiu em seu enquadramento na condição de rentista urbano que agenciava o trabalho de seus escravos.

Perfis sociais dos agenciadores do trabalho de escravos na vila de Paranaguá em 1808

A partir das informações da Tabela 2, nota-se que Pedro Nunes pertencia à segunda categoria mais numerosa de senhores de escravos da vila de Paranaguá. Nunes estava enquadrado, ainda, no segundo grupo mais numeroso de imigrantes lusófonos que possuíam escravos. Ele detinha, pois, um plantel formado por 10 cativos (4 do sexo masculino e 6 do sexo feminino), com idades entre 11 e 58 anos. Na Lista Nominativa de Paranaguá referente ao ano de 1808, ele é mencionado como *negociante e agenciador de escravos*. Comumente, os agenciadores de cativos são referidos nessa lista nominativa como os chefes de domicílios que *vivem dos jornais de seus escravos*.

No citado ano existiam sete chefes de domicílio que foram mencionados como agenciadores de escravos. Desse total, 4 eram do sexo feminino e tinham idades entre 46 e 94 anos. Juntos, os domicílios de agenciadores totalizavam 39 cativos (23 do sexo feminino e 16 do sexo masculino), com idades entre 2 e 78 anos (LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DA VILA DE PARANAGUÁ, 1808).

Em 1808, Pedro Nunes já possuía a patente de capitão miliciano. Um elemento peculiar ao percurso de mobilidade social de portugueses inseridos em áreas rurais ou urbanas de Antonina e Paranaguá, no mencionado período, era a conquista de patentes naquela corporação militar. De fato, a historiografia tem destacado o prestígio social decorrente da obtenção dessas patentes no contexto do século XVIII (PAGANI, 2011).

Ao mesmo tempo, tem-se evidenciado que a condição de reinol ou açoriano não representava um obstáculo para a obtenção de cargos e honrarias no Brasil colonial. A migração para a Colônia representava uma oportunidade para a mobilidade ascendente em quadros da administração e na hierarquia social (SILVA, 2005).

Nesse quadro, o estudo de percursos individuais tem permitido salientar as características dos processos de enriquecimento e nobilitação de abastados reinóis estabelecidos no Brasil oitocentista (BRAGA, 2013). A análise trajetórias empreendida neste artigo permite demonstrar que, no âmbito do litoral sul paulista, a obtenção de patentes milicianas foi elemento basilar da consolidação de imigrantes portugueses na sociedade receptora.

De outra parte, cabe mencionar que, na Paranaguá dos anos 1800, a obtenção de rendas por meio do aluguel de escravos era uma característica mais peculiar a mulheres que possuíam idade superior aos 50 anos. Mais precisamente, o grupo de agenciadoras de escravos em Paranaguá, em 1808, era composto por 4 mulheres que tinham as idades de 59, 62, 73 e 94 anos. Por seu turno, os homens envolvidos no agenciamento de cativos tinham as idades de 50, 66 e 79 anos.

Dentre os agenciadores de escravos estava José Nicolau, que, segundo a lista nominativa, era alemão. Esse imigrante, em 1808, estava com 66 anos, era solteiro e possuía dois escravos: Floriano, de 24 anos, e Mateus, de 45. Nicolau habitava a Ilha Rasa, pertencente à 4ª Companhia de Ordenanças de Paranaguá. Em seu domicílio existiam três

agregados. Nominados na lista como Antônia, Tomé e Francisca, esses agregados possuíam, respectivamente, as idades de 20, 30 e 50 anos.

Outro imigrante envolvido no agenciamento de escravos era o português Antônio de Castro, de 79 anos. Ele residia no núcleo urbano da vila de Paranaguá, era solteiro e possuía 3 escravos: José, Tereza e Rosa. Esses cativos estavam, respectivamente, com as idades de 47, 52 e 82 anos (LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DA VILA DE PARANAGUÁ, 1808). Constatase, pois, que a inclinação para o agenciamento de escravos, na vila de Paranaguá dos anos 1800, era característica de homens e mulheres que estavam em idade provecta.

Em sua maior parte, os agenciadores pertenciam ao grupo de pequenos senhores de escravos da vila de Paranaguá. Dentre os integrantes desse grupo, Pedro Nunes era o detentor do maior plantel de cativos. Ele era também o único dos agenciadores que não possuía apenas uma fonte de renda, segundo a lista nominativa. Antes, a sua manutenção era também assegurada pela atuação como comerciante autônomo.

Considerações finais

Os resultados do estudo empreendido ao longo deste artigo permitem a feitura de quatro constatações atinentes ao envolvimento de portugueses na vida econômica e nos processos de estabelecimento de conexões familiares das vilas de Antonina e Paranaguá, nas décadas finais da época colonial. Mais amplamente, o estudo de três trajetórias de reinóis permitiu a identificação de evidências sobre processos típicos de ingresso e mobilidade social de imigrantes no litoral sul da Capitania de São Paulo. Há, pois, que destacar os seguintes elementos fundamentais da inserção de portugueses nos referidos municípios.

Primeiro, demonstrou-se que a manutenção de vínculos sociais com compatriotas era um aspecto característico aos percursos de três imigrantes de origem portuguesa estabelecidos no extremo sul da Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. A constituição desses vínculos engendrava, por vezes, o estabelecimento de laços familiares. A atenção ao caso de Pedro Rodrigues Nunes possibilitou a demonstração desse argumento.

Segundo, verificou-se que a migração para Paranaguá era um objetivo cultivado por portugueses desde a época de residência em Portugal. Havia imigrantes, portanto, que não se radicaram nessa vila somente após o malogro da tentativa de se fixar em outro município brasileiro. Nesse contexto, a concretização do enraizamento do português na sociedade receptora era viabilizada por fatores como a obtenção de uma acolhida por compatriotas que ali residiam.

Por meio do estudo do caso de Manuel Álvares Carneiro, foi constatado que o projeto de estabelecimento de portugueses na vila de Paranaguá na segunda metade do século XVIII assumiu, por vezes, o aspecto de um projeto familiar. Assim, havia imigrantes ocupados em acolher parentes que escolhiam a aludida vila como o local para se enraizar no âmbito do litoral sul paulista.

Terceiro, o grupo de imigrantes lusófonos das vilas de Antonina e Paranaguá não era composto apenas por indivíduos dedicados a ramos da atividade mercantil. Nesse quadro, tal grupo não era formado somente por imigrantes que desde a menoridade tiveram a oportunidade de ser treinados nas lides do comércio por compatriotas ou negociantes locais. Antes, a composição social e profissional de tal grupo era mais diversificada.

A partir do estudo do caso de Antônio da Silva Neves, foi demonstrado que a vila de Paranaguá foi o espaço de acolhimento de um imigrante que, na idade adulta, radicou-se no litoral sul paulista com a finalidade de mudar de ocupação profissional. A referida vila fora, pois, o espaço para o recomeço da vida profissional desse indivíduo.

Por fim, o quarto elemento aqui enfatizado é a presença de portugueses no contingente de agenciadores de escravos na vila de Paranaguá. Tal atividade consistia na obtenção de rendas por meio do aluguel de escravos. No início dos anos 1800, os agenciadores eram, em sua maior parte, idosos que pertenciam ao grupo de pequenos proprietários de cativos de Paranaguá. Dentre os membros desse grupo, o português Pedro Rodrigues Nunes era aquele que mais diversificara suas atividades econômicas, visto que também exercia a ocupação de negociante.

Dessa maneira, eram múltiplas as formas e as circunstâncias que engendravam a inserção e mobilidade de portugueses por vilas do extremo sul do litoral da Capitania de São Paulo em fins da época colonial. Uma das circunstâncias desse enraizamento era a

IMIGRAÇÃO, AGRICULTURA E ESCRAVIDÃO: FORMAS DE INSERÇÃO SOCIAL E ATUAÇÃO ECONÔMICA DE PORTUGUESES NO LITORAL SUL DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (VILAS DE ANTONINA E PARANAGUÁ, 1783-1808)

tentativa de o imigrante mudar de ocupação e auferir um espaço seja no universo rural ou na vida urbana de vilas tais como Antonina e Paranaguá.

Fontes

Arquivo Metropolitano Dom Leopoldo e Silva, Mitra Diocesana de São Paulo. Séries Dispensas e Processos Matrimoniais.

Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná. Lista Nominativa de Habitantes das Vilas de Antonina e Paranaguá. Anos de 1801, 1808 e 1825. Manuscritos.

Museu da Justiça do Estado do Paraná. *Inventário de Ana Leocádia Pereira da Costa*, Caixa 38, ano de 1855.

Revista Genealógica Latina, n. 8, 1956.

Referências bibliográficas

ANDREAZZA, Maria Luiza. *Paraíso das delícias: um estudo da imigração ucraniana, 1895-1995*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade dos Oitocentos*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. In: *Locus*, v. 4, n. 1, pp. 113-132, 2008.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os reinóis na população paulista à vésperas da Independência. In: *Anais do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Caxambu, 2000, pp. 3-26.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2001.

BIDEAU, Alain e NADALIN, Sérgio Odilon. *Une communauté allemande au Brésil: de l'immigration aux contacts culturels, XIX^e-XX^e siècle*. Paris: Ined, 2011.

BALHANA, Altiva. *Santa Felicidade. Uma paróquia Vêneta no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural, 1978.

BARROSO, Vera. *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia*. Porto Alegre: EST, 2002.

BERUTE, Gabriel; SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Negócios em família: migração, comerciantes portugueses e suas redes (Porto Alegre, Rio Grande de São Pedro, séculos XVIII-XIX). In: *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, n. 30, 2017, p. 105-120.

BORREGO, Maria. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010.

BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

BRAGA, Nilza Lícia Xavier Silveira. *Entre negócios e vassalagem na Corte Joanina: a trajetória do homem de negócio, comendador da Ordem de Cristo e Deputado da Relação de Comércio Elias Antônio Lopes (, 1770-1815)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

CARVALHO NETO, João Baptista de. *Floriano Essenfelder: a trajetória de um empresário*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1991.

CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. *Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski e GOMES, Sandro Aramis Richter. *Antônio Vieira dos Santos: reminiscências e outros escritos*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2014.

CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski e GOMES, Sandro Aramis Richter. Elites locais, patrimônio e atividades econômicas no Brasil do século XIX: o epílogo da trajetória do negociante Manuel Francisco Correia (Cidade de Paranaguá, Província do Paraná, 1861-1864). In: *Dimensões: Revista de História da UFES*, v. 36, pp. 358-376, 2016.

COLATUSSO, Denise Eurich. *Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso-brasileira (Curitiba, 1869 a 1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004.

COSTA, Samuel Guimarães da. *O último Capitão-Mor (1782-1857)*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1988.

DI CARLO, Ricardo Felipe. *Exportar e abastecer: população e comércio em Santos, 1775-1836*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

FLORENTINO, Manolo. FRAGOSO, João. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FERRARINI, Sebastião. *A escravidão negra na Província do Paraná*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1971.

IMIGRAÇÃO, AGRICULTURA E ESCRAVIDÃO: FORMAS DE INSERÇÃO SOCIAL E ATUAÇÃO ECONÔMICA DE PORTUGUESES NO LITORAL SUL DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (VILAS DE ANTONINA E PARANAGUÁ, 1783-1808)

FIAMONCINI, Celina. *Em defesa da saúde e do amparo: imigrantes portugueses em Curitiba (1898-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

FRAGOSO, João Luís; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Arquivos paroquiais e História Social da América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

GOLDSCHMIDT, Eliana. *Casamentos mistos: liberdade e escravidão na São Paulo colonial*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004.

GOUVÊA, Denise Rothenberg. *A comunidade judaica em Curitiba (1889-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1980.

GORENSTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1993.

GUTIÉRREZ, Horácio. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. Dissertação (Mestrado em Economia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (c.1748-c.1763)*. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

HELFENSTEIN, Janaína Cristiane da Silva. *Entre a vida comunitária e a vida conjugal: a composição das famílias luteranas de Imbituva, Paraná (1943-1959)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

KATO, Allan Thomas Tadashi. *Retrato urbano: estudo socioespacial de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

KLEIN, Herbert e LUNA, Francisco Vidal. *Evolução da economia e sociedade escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005.

LEANDRO, José Augusto. *Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na Comarca de Paranaguá (1850-1888)*. Tese (Doutorado em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Sertanejos e pessoas republicanas livres de cor em Castro e Guaratuba (1801-1835). *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 24, n. 2, p. 317-344, 2002.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Uma “informação” sobre os negócios da erva-mate e o seu autor (1837). *História Econômica e História de Empresas*, n. XIV, 2011, p. 35-72.

LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: população, atividades econômicas e posse de escravos em vinte de cinco localidades (1777-1829). In: COSTA, Iraci Del Nero da; KLEIN, Herbert; LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Imprensa Oficial/Edusp, 2009, pp. 335-414.

MACHADO, Cacilda. *De uma família imigrante: sociabilidades e laços de parentesco*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

MACHADO, Cacilda da Silva e NADALIN, Sérgio Odilon (Org.). *Memórias de Gustav Hermann Strobel: relatos de um pioneiro da imigração alemã no Brasil*. Curitiba: Instituto Memória, 2014.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *A Cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2014.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1765-1836*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARQUES, Rachel dos Santos. *Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c.1750-1820)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, v. XXVI, n. 2, p. 91-120, 2000.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Une paroisse germanique au Brésil: la communauté évangélique luthérienne à Curitiba entre 1866 et 1969*. Tese (Doutorado em História e Geografia das Populações). Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1978.

OSÓRIO, Helen. *O Império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PAGANI, Edson Moisés. *Das armas e dos homens: estudo das sociabilidades dos integrantes das companhias auxiliares de cavalaria da vila de Curitiba (1765-1777)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

PELLIZZETTI, Beatriz. *Um banco de imigrantes em Santa Catarina*. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1985.

PEREIRA, Alexandra Maria. *Das Minas à Corte, de caixeiro a contratador: Jorge Pinto de Azeredo. Atividade mercantil e negócios na primeira metade do século XVIII*. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difel, 1968.

IMIGRAÇÃO, AGRICULTURA E ESCRAVIDÃO: FORMAS DE INSERÇÃO SOCIAL E ATUAÇÃO ECONÔMICA DE PORTUGUESES NO LITORAL SUL DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (VILAS DE ANTONINA E PARANAGUÁ, 1783-1808)

PORTELA, Bruna Maria. *Gentio da terra, gentio da Guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana* (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *Paróquia de São Pedro do Rio Grande: estudo de história demográfica* (1737-1850). Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1992.

RANZI, Serlei Fischer. *Alemães católicos: um estudo comparativo de famílias em Curitiba* (1850-1919). Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1996.

RITTER, Marina Lourdes. *As sesmarias do Paraná no século XVIII*. Curitiba: Edição do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. 2 volumes. Porto Alegre: Globo, 1969.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPPY, Ismênia Silveira. *História e documento*. São Paulo: Autêntica, 2013.

SANTOS, Antônio Vieira dos. *Memória Histórica de Paranaguá*. V. 2. Curitiba: Vicentina, 2001.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *L'économie et la société esclavagiste au Paraná* (1854-1887). Tese (Doutorado em História). Nanterre: Université de Paris X, 1976.

SCARPIM, Fábio Augusto. *Bens simbólicos em laços de pertencimento: família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos* (Campo Largo-PR, 1878-1937). Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.

SCARPIM, Fábio Augusto. *O mais belo florão da Igreja: família e práticas de religiosidade em um grupo de imigrantes italianos* (Campo Largo-PR, 1937-1965). Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2016.

SCOTT, Ana Volpi (Org.). *Gentes das Ilhas: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 e 1790*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. *Mana*, v. 5, n. 2, outubro de 1999, p. 61-88.

Silva, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

Simonsen, Roberto. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

STOLLMEIER, Lorena Antunes. *Os Fontana: aspectos da experiência imigrante (1880-2015)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016.

TÖNNIES, Ferdinand. *Para ler Ferdinand Tönnies*. Organização de Orlando de Miranda. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

VARELA, Alex Gonçalves. *Atividades científicas na “Bela e Bárbara” Capitania de São Paulo (1796-1823)*. São Paulo: Annablume, 2009.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *Abranches: paróquia da imigração polonesa*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.

WESTPHALEN, Cecília. A introdução de africanos novos no litoral paranaense. In: *Revista de História*, v. 44, n. 89, 1972, p. 139-154.

Recebido em: 15 de janeiro de 2018

Aceito em: 19 de março de 2018